

# GESTÃO

# FLORESTAL

Gestão integrada como estratégia de conservação

Página 12

Centros de Desenvolvimento Florestal Sustentável contribuem para a estratégia nacional de regularização ambiental

Página 16

Gestão participativa na Flona de Humaitá é destaque na região

Página 16



**Presidente da República**

Michel Temer

**Ministro do Estado do Meio Ambiente**

José Sarney Filho

**Secretário Executivo Substituto do Meio Ambiente**

Romeu Mendes do Carmo

**Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro****Diretor-Geral**

Raimundo Deusdará Filho

**Diretor de Administração e Finanças**

Samir Jorge Murad

**Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento**

Marcus Vinicius da Silva Alves

**Diretor de Cadastro e Fomento Florestal**

Carlos Eduardo Portella Sturm

**Diretor de Pesquisa e Informações Florestais**

Joberto Veloso de Freitas

**Conselho Diretor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade****Presidente**

Ricardo Soavinski

**Diretor de Planejamento, Administração e Logística**

Silvana Canuto Medeiros

**Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação**

Paulo Henrique Marostegan e Carneiro

**Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs**

Claudio Carrera Maretti

**Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade**

Marcelo Marcelino de Oliveira

---

**Dados Internacionais para Catalogação da Publicação – CIP**

Revista Gestão Florestal / Ministério do Meio Ambiente. – v. 1, n. 1, (abril., 2018). Brasília: MMA, 2018.

ISSN 2595-7635

---

**Ministério do Meio Ambiente**

Biblioteca do MMA

**Serviço Florestal Brasileiro (Serviço Florestal)**

SCEN, Trecho 2, Bl. H CEP: 70818-900 - Brasília – DF Telefone: (61) 2028-7258 / 7274

Email: comunicacao@florestal.gov.br

www.florestal.gov.br

Twitter: twitter.com/Serviço Florestal\_florestal

Facebook: www.facebook.com/florestal.gov

## **FICHA TÉCNICA**

### **Coordenação e Produção**

Serviço Florestal Brasileiro (Serviço Florestal)  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)  
IP Consult/NIRAS/Detzel Consulting

### **Colaboradores**

Ana Rafaela D'Amico  
Camilla Helena  
Camila Lobo  
Cristina Galvão Alves  
Edson Amaral  
Fábio Rodrigo da Silveira  
Julia Zapata Dau  
Maressa Amaral  
Nilton Reis Batista Junior  
Roberto Xavier de Lima  
Tomas Inhetvin

### **Redação**

MOC Comunicação

### **Revisão**

Evie Negro (ASCOM/Serviço Florestal Brasileiro)  
Marcia Muchagata (DCOM/ICMBio)  
Ramilla Rodrigues (DCOM/ICMBio)

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Celise Duarte (DCOM/ICMBio)

Esta revista é um produto do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia, uma realização do Governo Brasileiro por incumbência do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e intermédio do Serviço Florestal Brasileiro e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade no contexto da Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável. O Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha apoia a execução do projeto por meio da cooperação financeira do Banco Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW). Dirigida a gestores públicos, técnicos, sociedade civil, empresários e pesquisadores que busquem informações sobre florestas públicas, concessões florestais e manejo florestal sustentável. É permitida a citação de artigos e dados da revista, desde que mencionada a fonte. As matérias assinadas não refletem, necessariamente, a opinião do Ministério do Meio Ambiente.

**Tiragem:** 3.000 exemplares

Interessados em receber a revista, entrar em contato pelo e-mail: [comunicacao@florestal.gov.br](mailto:comunicacao@florestal.gov.br)

# EDITO

# RIAL

Aliar conservação e desenvolvimento sustentável é um dos grandes desafios para a gestão das florestas públicas brasileiras. O segundo número da Revista Gestão Florestal mostra como isso tem sido feito na prática, por meio do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável.

O projeto, como estratégia de conservação para a Amazônia, principalmente na região da BR-163 e do Purus Madeira, avançou significativamente no desenvolvimento dos planos de manejo de 18 florestas nacionais, com impactos visíveis, como a redução do desmatamento e aprimoramento da gestão regional.

Houve melhorias de infraestrutura, equipamentos, capacitação e desenvolvimento de produção silvicultural de sementes e mudas de espécies distribuídas para pequenos produtores. Além disso, foi favorecido o processo de demarcação dos limites de UCs, representando ação integrante do processo de consolidação territorial.

O Ministério do Meio Ambiente tem focado na redução do desmate florestal, principalmente no chamado Arco do Desmatamento, investindo em ações de fiscalização, trabalhos de gestão, desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, acordos com as comunidades locais e fortalecimento da presença institucional.

As florestas nacionais de Bom Futuro (RO) e de Itaituba II (PA), que são as mais pressionadas da região e estão dentro da área de atuação do projeto, foram unidades que reduziram o desmatamento. Os dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes) revelam que, no último ano (agosto de 2016 a julho de 2017), o desmatamento nas unidades de conservação federais teve uma queda de 28% em relação ao período anterior. Esse é o menor índice de desmatamento nas UCs desde 2011.

Um dos desafios da região amazônica é a viabilização de atividades econômicas sustentáveis. As concessões florestais são uma alternativa de fomento da atividade produtiva, pois podem conciliar a conservação das florestas com o desenvolvimento econômico. A região da Flona de Altamira, por exemplo, uma das áreas de maior desmatamento e de invasão de terras na região da BR-163, teve sua realidade transformada pelo processo de concessão.

As empresas concessionárias iniciaram a exploração de madeira em 2016, em quatro unidades de manejo florestal da região. O consórcio já produziu cerca de 15 mil metros cúbicos de madeira e gerou mais de 180 empregos, com uma expectativa de aumento substancial da produção, para 40 a 50 mil metros cúbicos. Atualmente, cerca de 1,5 milhão de hectares de terras estão sob concessão florestal, dos quais 1 milhão pertencem a seis florestas nacionais geridas pelo ICMBio.

Assim, com foco nas unidades de conservação de uso sustentável, o Projeto Gestão Florestal tem contribuído como alternativa sustentável à agropecuária, viabilizando o manejo florestal como atividade econômica de maior expressão regional.

Desenvolvido por duas unidades do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro (Serviço Florestal) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em parceria com o governo alemão, por meio do Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), o projeto tem boas perspectivas para 2018, com a inclusão de seis novas Flonas, a formalização dos conselhos consultivos e a implantação do primeiro curso de educação à distância, que irá capacitar anualmente até 500 pessoas.

Boa leitura!

José Sarney Filho  
**Ministro do Meio Ambiente**

Conheça o projeto

6

Entrevista

8

Gestão integrada como estratégia de conservação

12

Centros de Desenvolvimento Florestal Sustentável contribuem para a regularização ambiental

16

Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável da BR163 avança na sua implementação

18

Notas florestais

20

Gestão participativa na Flona de Humaitá é destaque da região

24

Nova metodologia para planos de manejo garante mais agilidade e eficiência

26

Florestabilidade: educação transformadora para as florestas

28

Demarcação dos limites das UCs melhora gestão territorial

32

# SUMÁRIO

Conheça o



# Projeto Gestão Florestal

para a produção sustentável na Amazônia

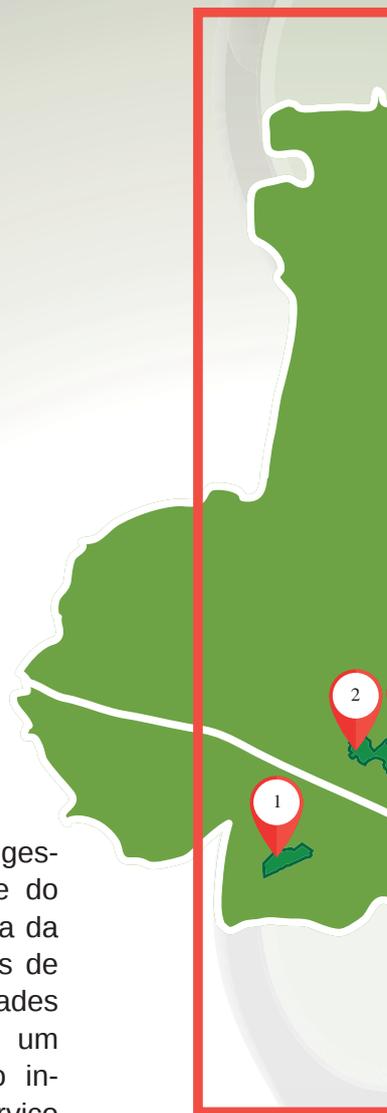
Chegando ao seu terceiro ano, o Projeto Gestão Florestal para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, uma cooperação entre o Governo Brasileiro, por meio de seus executores, o Serviço Florestal Brasileiro (Serviço Florestal), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Governo Alemão, por meio do Banco de Desenvolvimento Alemão, avança no seu objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico regional e a conservação de florestas na Amazônia Legal com base no uso sustentável dos recursos florestais, com a apresentação de resultados positivos e significativos em todos os seus componentes.

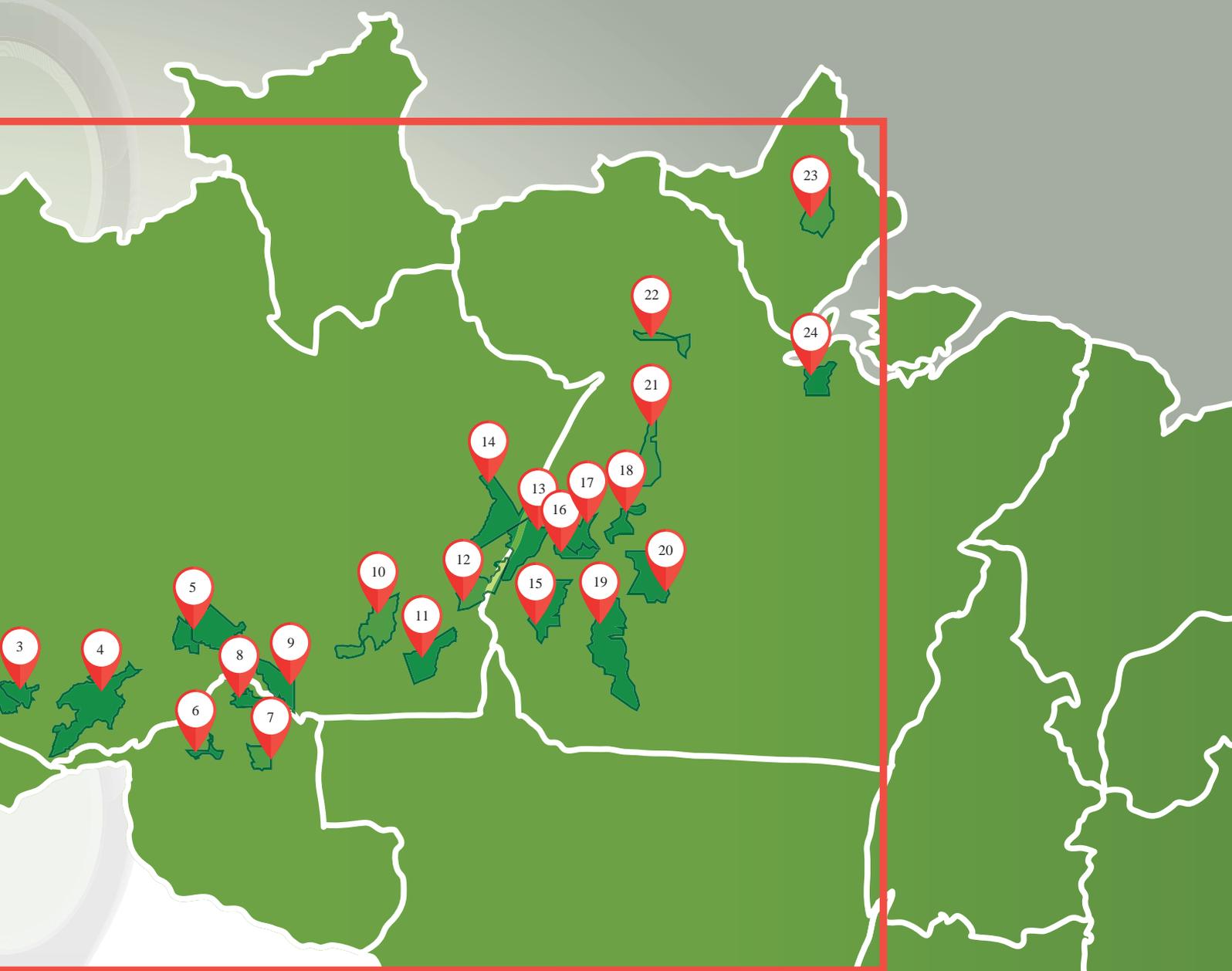
Desenhado para garantir a implementação da política nacional de gestão florestal na região da BR-163 e na região do Purus-Madeira, com foco nas unidades de conservação de Uso Sustentável (UCs), o projeto contribui como alternativa sustentável à agropecuária, viabilizando o manejo florestal como atividade econômica de maior expressão regional. No último ano, o projeto avançou significativamente nas atividades previstas, como demarcação e desenvolvimento dos planos de manejo de 18 Florestas Nacionais (Flonas), totalizando uma área de aproximadamente 10 milhões de hectares, com resultados visíveis, como a redução do desmatamento e melhorias na gestão regional.

Além da implementação e gestão das Flonas, fazem parte do projeto atividades de melhoria da infraestrutura e equipamentos de bases operacionais das Unidades Regionais, implantação de um sistema de telecomunicação integrado entre o ICMBio e Serviço Florestal, e a implantação de um centro de capacitação para promover práticas sustentáveis, como a produção de sementes e mudas para serem distribuídas para pequenos produtores.

Em 2018, o projeto conta com metas importantes, como a inclusão de seis novas Flonas (Urupadi, Aripuanã, Jamari, Amapá, Tapajós e Mulata), além da formalização dos conselhos consultivos e a implantação do primeiro curso de educação à distância, que irá capacitar anualmente até 500 pessoas.

O projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia tem um orçamento total de 36.4 milhões de euros, sendo 15 milhões de recursos do KfW e uma contrapartida não financeira do governo brasileiro de 21 milhões. O mapa ao lado apresenta as Florestas Nacionais apoiadas pelo projeto.





### Relação das Flonas

- |                               |                       |
|-------------------------------|-----------------------|
| 1- Flona Macauã/São Francisco | 13- Flona Amanã       |
| 2- Flona Mapiá Inauini        | 14- Flona Pau Rosa    |
| 3- Flona Purus                | 15- Flona Crepori     |
| 4- Flona Iquiri               | 16- Flona Itaituba I  |
| 5- Flona Balata-Tufari        | 17- Flona Itaituba II |
| 6- Flona Bom Futuro           | 18- Flona Trairão     |
| 7- Flona do Jamari            | 19- Flona Jamanxim    |
| 8- Flona Jacundá              | 20- Flona Altamira    |
| 9- Flona Humaitá              | 21- Flona do Tapajós  |
| 10- Flona de Aripuana         | 22- Flona de Mulata   |
| 11- Flona Jatuarana           | 23- Flona do Amapá    |
| 12- Flona de Urupadi          | 24- Flona Caxiuanã    |

# PRE SI DEN TE

do ICMBio  
Ricardo Soavinski

À época, presidente da instituição

## **DESTACA RESULTADOS DO PROJETO NA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO DA REGIÃO**

Com mais de 30 anos de experiência e pouco mais de um ano à frente do ICMBio, o oceanógrafo e analista ambiental falou à Revista Gestão Florestal sobre os resultados do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável como estratégia de conservação da Amazônia, principalmente na região da BR-163 e do Purus Madeira. Além disso, Soavinski apontou as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Instituto e parceiros e traçou o cenário para 2018.



Ricardo Soavinski afirmou que a questão da redução do desmatamento na região é um dos resultados de destaque do projeto, que atuou de forma significativa para manter a queda nos índices, que diminuíram consideravelmente com relação a 2016.

De acordo com dados Projeto de Desmatamento e Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes), o desmatamento nas unidades de conservação federais no período foi de 159 km<sup>2</sup>, o que representa uma queda de 28% em relação ao ano anterior. A queda foi mais acentuada que o desmatamento em toda a região da Amazônia Legal, que foi de 16%.

Dentre as UCs mais pressionadas da região, duas estão na área de atuação do projeto: a Floresta Nacional do Bom Futuro (RO) e Floresta Nacional de Itaituba II (PA), localizadas nas regiões do Purus e da BR-163, respectivamente. Já a Flona de Jamanxim está entre as que mais reduziram seus índices, resultado atribuído principalmente às ações de fiscalização, trabalhos de gestão e desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, acordos com a comunidade local e fortalecimento da presença institucional. Leia abaixo a entrevista na íntegra:

### **Revista Gestão Florestal: Qual o papel do ICMBio na promoção do desenvolvimento socioeconômico e conservação das florestas?**

**Ricardo Soavinski:** O ICMBio é o gestor das unidades de conservação federais. Hoje são 333 unidades criadas, quase 80 milhões de hectares, quase 9% do território, nas diferentes categorias, e em todos os biomas - com alguns biomas ainda sub representados como unidades de conservação - e ainda tem que avançar mais. Fazer a gestão deste conjunto de áreas, que não é pequeno, não é fácil, ainda mais com um número de colaboradores muito aquém do necessário. Considerando todo o volume de trabalho, em um país de dimensões continentais, tão diverso e aliado aos problemas sociais que ainda enfrenta, constitui um desafio gigantesco. É importante ressaltar que o papel do ICMBio vai além de manejo, controle e comando.

O Instituto atua para que a unidade de conservação funcione como um todo, seja na proteção, na pesquisa, na educação ambiental e na exploração de outras possibilidades, como o uso público e a visitação. Esse conjunto é o que vai garantir a longo prazo a manutenção da biodiversidade da região, os cursos d'água, os rios, de todos os atributos que cada unidade tem e que a define como área de conservação.

O ICMBio está fazendo 10 anos de existência e nesse contexto fizemos alguns eventos de avaliação, com uma boa análise em cima de indicadores e do planejamento inicial do Instituto, e é fácil dizer que ainda há muito por fazer, mas também existem grandes avanços registrados. Este resultado é fruto do empenho dos servidores, principalmente na revisão de procedimentos que vão desde a criação da unidade de conservação até o desenvolvimento dos planos de manejo.

Também podemos atribuir os avanços às parcerias e cooperações com instituições estrangeiras, com apoio de governos como Alemanha, Estados Unidos e outros e grandes programas como o Arpa (Programa Áreas Protegidas da Amazônia) e parcerias pontuais com organizações menores e com as próprias comunidades. Podemos destacar o trabalho do voluntariado, que tem crescido muito e hoje se tornou uma fortaleza dentro do Instituto. O Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia, com apoio do KfW, certamente é um deles e tem contribuído bastante para a gestão das Flonas da região.

### **RGF: Quais são as principais atividades desenvolvidas pelo ICMBio no projeto Gestão de Florestas e seus resultados?**

**RS:** O papel do ICMBio no projeto é implementar as 18 Florestas Nacionais, incluindo a demarcação de nove novas Flonas e a elaboração de dois planos de manejo. Em 2017 avançamos bem em termos de execução. Os planos de manejo previstos já estão contratados e formatados para a nova metodologia, muito mais ágil e eficaz, que está sendo adotada pelo Instituto, assim como os avanços na área de demarcação. Das 18 Flonas, 11 já estão com planos de manejo prontos, o que é

condição para se fazer as concessões. E, no final de 2017 e início de 2018, solicitamos a inclusão de mais seis Flonas, que entrarão com a demanda de elaborar seus planos de manejo.

**RGF:** No quesito desmatamento, como é a atividade do ICMBio nas Flonas que fazem parte do projeto?

**RS:** Na região da Amazônia é impossível não citar as atividades de comando e controle, não só para dentro das unidades, mas também para fora, no bioma como um todo. Até porque, muitas das unidades, inclusive as mais recentes, foram criadas no arco do desmatamento e do confronto como medida para conter estas ações. Então a problemática veio para dentro das unidades e a participação e a demanda do ICMBio nessas ações de comando e controle aumentou. Logicamente temos vários parceiros, como o próprio Ibama, além de outras forças federais e estaduais. Em 2017, alcançamos bons resultados no bioma como um todo. Na Amazônia Legal o desmatamento foi reduzido em 16% e dentro das UCs federais a redução foi de 28% com relação à 2016 (Prodes 2017). Não é o desejado focar em comando e controle sempre, mas são medidas necessárias, principalmente para as áreas acessadas ao longo das rodovias 163, 230, 319 e 317.

**RGF:** A que podemos atribuir essa queda nos índices de desmatamento?

**RS:** A diminuição do desmatamento nas unidades tem muita relação com atividades de comando e controle, mas tem muito a ver também com a formação dos conselhos, com o dia-a-dia dos gestores nas comunidades, com a perspectiva do que o projeto prevê, que é o manejo e exploração sustentável da floresta. A partir daí a região já começa a criar uma expectativa para uma nova realidade, de se ter um bom uso, autorizado, legal, que gera emprego e renda, o que já começa a desestimular o mal-uso. O processo de implementação da unidade já começa a afastar o desmatamento.

**RGF:** Que outras ameaças existem na região?

**RS:** Como desafio, e também como uma necessidade do projeto, está a aprovação da entrada das novas unidades, principalmente aquelas que foram criadas recentemente no sul da Amazônia, localizadas ao longo da BR-230. Acreditamos que, com a entrada das novas Flonas e o apoio do projeto, teremos um resultado bastante positivo. A pressão de desmatamento na região tem aumentado, como demonstram diversos estudos elaborados pelo ICMBio. Por eles, conseguimos ver onde existem os focos de pressão no entorno e quanto cada unidade perdeu com o roubo de madeira ou cobertura. Com isso, a gente estuda também como a pressão vai se deslocando, aumentando ou diminuindo, ajudando, assim, no planejamento da atuação do ICMBio, de forma preventiva. Para a questão dos incêndios, foi aprovada a Medida Provisória 809, que autoriza o ICMBio e Ibama a contratar brigadistas por períodos maiores e ampliando o escopo da atividade desses profissionais. Isso pode nos ajudar na prevenção e combate aos incêndios na região, além de gerar emprego e conexão com as comunidades locais.

**RGF:** Como é possível avançar para além das atividades de comando e controle?

**RS:** O desenvolvimento do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável nos permitirá avançar do comando e controle para o manejo e bom uso. Claro que os resultados e objetivos demoram um pouco a aparecer, até porque é necessário elaborar o plano de manejo de algumas unidades, fazer demarcação, os inventários florestais e as concessões, que é onde entra o papel do Serviço Florestal Brasileiro, e isso não é tão rápido, mas segue avançando. A partir daí, é possível entrar, de fato, na gestão sustentável e manejo e seguir para a exploração sustentável, seja privada, ou por meio de cooperativas ou manejo comunitário.

### **RGF:** Existe algum caso a destacar?

**RS:** Existem alguns resultados com relação à restauração da Flona Bom Futuro, que é uma área bastante emblemática, devido às invasões e conflitos que marcaram a região. Desde a sua criação, a UC foi reduzida quase que pela metade, e o processo de elaboração do plano de manejo foi fundamental para a inserção da comunidade na iniciativa. Outro destaque são as concessões que já existem e que começam também a dar retorno, ajudando a diminuir os conflitos na região e gerando renda para os municípios, para os estados, o que ajuda a desmistificar um pouco essa questão.

### **RGF:** Qual a importância das concessões florestais para o desenvolvimento sustentável da Amazônia?

**RS:** As concessões, de responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro, são de altíssima importância para a conservação da região e existem empresas capacitadas para isso. O Serviço Florestal é responsável por elaborar todos os estudos e procedimentos, conforme previsto em lei, para que se concretizem as concessões. A equipe do ICMBio que faz a gestão das Flonas também precisa ter um acompanhamento muito próximo junto às unidades. Já existem algumas Flonas em regime de concessão, como a de Jari, e hoje já chegamos a 1 milhão de hectares em concessão para exploração florestal sustentável. Isso já é feito em vários países e o Serviço Florestal tem uma meta de atingir 7 milhões de hectares, o que vai suprir boa parte do mercado de madeira de manejo. Ao longo do tempo vai gerar emprego para uma atividade sustentável e legal. E a presença deste trabalho, de uma exploração sustentável dentro da floresta, obviamente já inibe o desmatamento ilegal, o roubo de madeira. É de extrema importância que nas concessões haja espaço para atividades do uso e da exploração comunitária, como o manejo florestal comunitário. É uma demanda muito forte. E sempre que possível, se houver atrativos, conciliar com atividades de visitação,

mais empregos, geração de renda e maior valorização das áreas e florestas.

A possibilidade de uma UC ser explorada por meio de concessão está prevista já no plano de manejo, assim como o desenvolvimento de pesquisa e atividades educacionais, não só da floresta, da natureza, mas da própria atividade do manejo florestal. Isto acontece para que a população entenda que a concessão não é só pela geração de emprego, renda, melhoria da qualidade de vida, mas é necessário que a comunidade entenda o propósito do manejo como atividade de conservação, com impactos diretos na comunidade.

### **RGF:** O que está sendo feito para melhorar a performance do projeto?

**RS:** Podemos destacar a capacitação dos gestores, cujos resultados são visíveis principalmente na aplicação dos recursos; as oficinas de planejamento, que foram fundamentais para que os gestores das unidades pudessem planejar as demandas no tempo correto, e o fortalecimento dos conselhos consultivos.

### **RGF:** Quais são as perspectivas para 2018?

**RS:** Dar continuidade aos procedimentos de demarcação contratados, andamento aos planos de manejo, como o de Pau-rosa que está sendo finalizado, e outros planos de manejo contratados fora do âmbito do Gestão Florestal, dentro de unidades que fazem parte do projeto. Com a recente aprovação da participação de novas Flonas, e demarcação destas UCs, será preciso contratar os novos planos de manejo e dar sequência ao procedimento necessário. As equipes estão bastante mobilizadas. Existem atividades de rotina que precisam acontecer. Um ponto fundamental é o fortalecimento e consolidação dos conselhos consultivos, que têm um papel importante em promover a participação dos cidadãos. Existem metas, como a finalização dos planos de manejo, e, com a entrada das novas unidades, provavelmente a meta inicial do projeto será superada.



# A GESTÃO INTEGRADA ESTRATÉGICA DE

*O modelo implementado na UNA de Itaituba mostra*

Localizada em uma das regiões mais críticas da BR-163, permeada por conflitos de terra, exploração ilegal de madeira e minérios, ocupação irregular e forte desmatamento, a Unidade Especial Avançada (UNA) de Itaituba aposta na gestão integrada para dirimir os impactos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável das 12 unidades de conservação que integram a unidade descentralizada, incluindo as Flonas de Altamira, de Itaituba I, de Itaituba II, do Amana, do Crepori, do Jamanxim e do Trairão.

Instituída pelo Decreto nº 8.974/2017, a primeira Unidade Especial Avançada do ICMBio vem mostrando resultados positivos e experiências que estão servindo de modelo para outras regiões.

O modelo de gestão aplicado anteriormente considerava cada unidade de forma individual. Devido às dificuldades da região, inclusive territoriais, aliadas à inexistência de infraestrutura de serviço e falta de presença do estado, o ICMBio vem trabalhando desde 2006 para estabelecer um novo modelo de gestão, mais adequado para atender as demandas da área.

Atualmente, a UNA é o formato que permite uma melhor integração e planejamento das atividades das unidades, sendo o primeiro modelo mais formalizado de Gestão Integrada das Unidades de conservação estabelecido pelo ICMBio nos últimos 10 anos, e que traz como inovação uma gestão única onde os servidores são distribuídos por temas e processos. A gestão é vinculada à coordenação regional e à presidência do órgão, o que permite também uma resposta mais institucional às demandas e problemas.

A partir da sua criação, atividades de proteção, de gestão, fluxos de informação e conhecimento

e atividades operacionais passaram a ser planejadas de forma conjunta, proporcionando uma troca de experiência bastante produtiva e também o encaminhamento preventivo de soluções para a resolução de problemas que são comuns às unidades de conservação.

Além disso, a construção da estrutura física da unidade e a modernização dos equipamentos, realizadas com recursos do projeto Gestão Florestal, também permitiram um maior entrosamento das equipes e possibilitaram uma melhor atuação em campo.

A unidade também trabalha para mitigar problemas sociais da região. A maioria das famílias tem como principal atividade econômica a extração ilegal de madeira e minérios, e a UNA trabalha para mudar este cenário, construindo, com o apoio da participação social e o fortalecimento dos conselhos consultivos, instrumentos necessários para combater as atividades ilegais que ameaçam a conservação da região, ao mesmo tempo em que apresenta alternativas sustentáveis de geração de emprego e renda para a população local.

A coordenadora da UNA em Itaituba, Maressa Amaral, enfatiza que se trata de um modelo em desenvolvimento. “O histórico que temos de gestão das unidades de conservação dessa região é de muito conflito e muito embate. Temos como objetivo começar a focar em uma abordagem socioambiental. Estamos conseguindo fortalecer alguns conselhos gestores, percebemos a necessidade de capacitação dos conselheiros com vistas a fortalecer o papel deles como conselheiro de unidade de conservação, e também enquanto cidadãos, levando conhecimento sobre seus direitos e deve-



# EGRADA como CONSERVAÇÃO

*eficiência e resultados refletem na região da BR-163*

res, dando aos moradores da região uma emancipação necessária. Sabemos dos desafios e que este é um processo em construção”.

## Comunidade se mobiliza e cria modelo de concessão de sucesso na Flona de Altamira

O processo de concessão florestal mudou a realidade da região da Flona de Altamira. Localizada no sudoeste do Pará, na região da BR-163, uma área conhecida por viver da extração ilegal de madeira e minérios, a unidade de conservação iniciou em 2010 o processo de concessão florestal, com a realização de várias audiências públicas e reuniões do Conselho Gestor da unidade, tendo as empresas vencedoras do certame iniciado a exploração de madeira no ano de 2016, em quatro Unidades de Manejo Florestal (UMF) da região. Uma delas foi a Patauá Florestal Ltda., consórcio formado por um grupo de cinco pequenas madeireiras de Moraes Almeida, distrito do município de Itaituba, que adquiriu o direito de explorar duas das quatro UMFs licitadas. Desde então, este grupo vem se profissionalizando e aprimorando seu modelo de trabalho, que já chama atenção de gestores de municípios próximos a outras unidades de conservação.

O consórcio já produziu cerca de 15 mil metros cúbicos de madeira e gerou mais de 180 empregos, com uma expectativa de aumento substancial da produção, para 40 a 50 mil metros cúbicos. “Temos experiência na área e vimos a oportunidade de empreender num negócio local e legalizado”, diz o administrador da Patauá Florestal, Oberdan Perondi.

Atualmente, cerca de 1,5 milhão de hectares de

terras estão sob concessão florestal, sendo 1 milhão desses hectares pertencentes a seis florestas nacionais geridas pelo ICMBio (Jamari, Saracá-Taquera, Jacundá, Crepori, Altamira e Caxiuanã), gerando mais de 400 empregos diretos.

O diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio, Paulo Carneiro, reforça que os ganhos vão além dos econômicos. “Altamira até quatro, cinco anos atrás era uma das áreas com os maiores índices de desmatamento e invasão de terra na região da BR-163. Com o processo de concessão esse cenário se estabilizou. Difícil uma unidade de conservação atingir seus objetivos de criação inserida em um contexto de conflito”, disse.

O objetivo das concessões florestais é justamente o de conciliar a conservação das florestas com o desenvolvimento econômico sustentável. As áreas que podem ter concessões florestais são definidas pelo zoneamento previsto pelo plano de manejo de cada unidade de conservação e definido com base no inventário florestal de cada área, onde são identificadas as espécies, a viabilidade econômica e os possíveis impactos. Em seguida, o Serviço Florestal abre o processo licitatório de Concessão da Floresta Nacional. Após o resultado, o vencedor inicia o processo de licenciamento ambiental do Plano de manejo Florestal Sustentável (PMFS) junto ao Ibama, que é responsável pela análise e deferimento. Esta prática foi viabilizada em 2006, quando o Governo Federal implementou a Lei de Gestão de Florestas Públicas (LGFP), que regulamentou o uso sustentável das florestas públicas e permitiu a exploração econômica por empresas ou consórcios privados. As empresas e comunidades podem ter o direito de manejar florestas públicas

com a intenção de extrair madeira, produtos não-madeireiros e até turismo. Em contrapartida, as concessionárias precisam pagar uma quantia ao Governo definida no processo licitatório. É importante destacar que apenas unidades de conservação de uso sustentável estão aptas ao uso direto de seus recursos naturais.

Jatobá, muiracatiara, garapa, itabaúba, angelim-pedra e ipê são exemplos de árvores cuja madeira está em produtos vendidos nos Estados Unidos, Holanda, Espanha e outros países europeus. Metade da produção é destinada ao exigente mercado internacional. “A madeira, quando é 100% legal, agrega valor ao produto e desperta o interesse do mercado externo, que está disposto a pagar a mais por um produto de qualidade e legalizado”, explica Perondi. O consultor da Patauá, Agenor Zimmermam, concorda: “esta é uma demanda já existente no mercado externo, eles estão bem atentos à questão da legalidade e esperamos que a tendência também se estenda ao interno”.

Toda a madeira retirada pela Patauá pode ser controlada até o consumidor final, por meio do processo de Cadeia de Custódia, num aplicativo de celular disponibilizado pelo Serviço Florestal Brasileiro. “Nosso cliente consegue rastrear toda a madeira, desde o momento que ela é colhida, armazenada, transportada”, conta Perondi.

Em 2016, a Flona de Altamira se tornou a primeira unidade de conservação da região da BR-163 a ser área de concessão florestal. A concessão, válida por 40 anos, abrange uma área de 362 mil hectares.

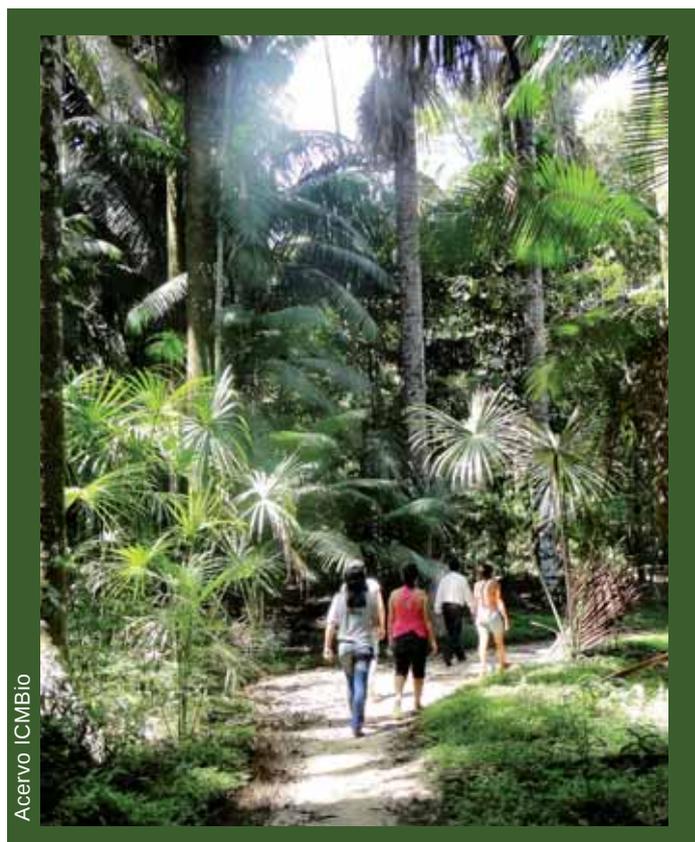
### Parceria com o ICMBio

Para a coordenadora da UNA de Itaituba, Maresa Amaral, a Floresta Nacional de Altamira é uma prova de sucesso das concessões. “A Patauá investiu em infraestrutura, capacitação, técnicas para diminuir impactos, marcação de madeira. Eles se destacam por ser um consórcio formado por pequenas madeireiras da região que se organizaram de forma eficiente, conseguiram ser habilitados a participar da licitação, e a conquistaram. Nas reuniões de conselho sempre trazemos esse exemplo para mostrar os benefícios da legalidade. Eles conseguiram atender o mercado externo que costuma ser exigente com a qualidade da madeira”, explica Amaral.

A gestora ainda destacou a parceria da Patauá na gestão do ICMBio, auxiliando o órgão a detectar ilegalidades cometidas dentro da UC. “É de interesse deles que a unidade esteja conservada e que não haja madeireiros ilegais para competir

deslealmente”, conta Amaral. O ICMBio tem auxiliado também na criação de uma brigada de incêndio que a companhia pretende implementar.

“A Floresta de Altamira prova que a concessão florestal funciona, é viável, traz benefícios e é economicamente sustentável”, avalia Amaral. “Com este exemplo, temos notado um interesse maior em conhecer o trabalho regularizado e as vantagens de se trabalhar com madeira legalizada na região, e toda forma de diminuir pressões é positiva para nós”.



### ICMBio, Serviço Florestal Brasileiro e Funai desenvolvem ações conjuntas na Flona de Crepori

Crepori é uma das poucas unidades da região que tem populações tradicionais, e o fortalecimento da participação social se tornou uma das prioridades. Além dos moradores da região, a Flona, localizada na região de Jacareacanga, faz limite com a terra indígena Munduruku, representada pela Associação Indígena Pusuru e por representantes das diversas aldeias da região. Por meio de processos formativos, ações de engajamento e participação, entre outras, ICMBio, Serviço Florestal, Funai e as comunidades avançam para um modelo de trabalho mais inclusivo e eficaz, onde os interesses e necessidades de todos são abordados.

Conservar a cobertura vegetal das florestas brasileiras, por meio da melhoria da qualidade de vida da população que vive em seu entorno e do estímulo à economia formal com produtos e serviços oriundos de florestas manejadas, é o principal objetivo da política de concessões florestais, implementada pelo Governo Federal a partir de 2006. A Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/2006), que instituiu o Serviço Florestal Brasileiro, criou a possibilidade da concessão de áreas de florestas públicas.

Desde 2006, o governo pode conceder a empresas e comunidades o direito de manejar florestas públicas para extrair madeira, produtos não madeireiros e oferecer serviços de turismo. Em contrapartida ao direito do uso sustentável, os concessionários pagam ao governo quantias que variam em função da proposta de preço apresentada durante o processo de licitação destas áreas.

A política de concessão florestal permite que os governos federal, estaduais e municipais gerenciem seu patrimônio florestal de forma a combater a grilagem de terras, evitar a exploração predatória dos recursos existentes, evitando assim a conversão do uso do solo para outros fins, como pecuária e agricultura, e promovendo uma economia em bases sustentáveis e de longo prazo.

Fonte: <http://www.florestal.gov.br/concessoes-florestais>

O histórico de conflito na região é antigo. A Flona possui uma área destinada à concessão de 195 mil hectares, mas que está judicializada, devido à ocupação da área de concessão por famílias tradicionais. Para isso, as equipes de trabalho vem buscando uma atuação maior junto à população para estabelecer e fortalecer o conselho gestor e consolidar a participação social na gestão da unidade.

“As conversas são feitas com os líderes comunitários, com a Funai local e com a Associação Indígena Pusuru, inclusive para as ações em campo. A Dona Anicete, por exemplo, é uma moradora antiga da Flona de Crepori e conhece todo o histórico da região, da criação da unidade, dos conflitos, é um contato muito forte, ela representa um grupo de moradores daquela região”, explica Maressa.

A elaboração do Acordo de Gestão, documento que estabelece as regras de uso pelas comunidades, é um importante avanço para resolução do conflito que ainda existe com as populações tradicionais. O documento, que está sendo elaborado com a participação das comunidades ribeirinhas do interior da Flona e com as comunidades indígenas do seu entorno, deverá ser incorporado ao plano de manejo e passará a contar como regramento para a área.

### A líder da Crepori

Nascida na beira do Tapajós, a moradora de Rio das Tropas, região que faz parte da Flona do Crepori, Dona Anicete é hoje a principal representante das famílias que ainda vivem na região. Com quatro filhos, seis netos e oito bisnetos, conhece a história da floresta como ninguém e tem muito a ensinar sobre seus saberes. Ela conta que desde criança aprendeu com a mãe e com a própria

curiosidade, que hoje a ajudam a entender a região e a reinventar seu modo de viver.

Desde que fincou raízes com sua família, ela é a principal representante das famílias de Rio das Tropas, levando suas solicitações e intermediando o diálogo com o ICMBio com sua participação no conselho e nas reuniões. Ela ressalta que tempos atrás a interação era mais frequente, mas com os impactos da criação da unidade de conservação, muitas famílias migraram atrás de espaços para desenvolver atividades hoje não permitidas na área. Hoje, D. Anicete lamenta a dispersão da comunidade e ressalta a necessidade de ampliar as atividades econômicas para que as famílias possam voltar à região.

Dona Anicete olha para a situação de conflito atual também com preocupação, mas entende a importância de se manter como liderança e aponta caminhos, como o reforço na fiscalização, maior presença institucional e capacitação dos moradores de forma a promover o desenvolvimento sustentável.

Pupunha, babaçu, pajubá, pororoca, patuá açai tucumã, jambo, são algumas das espécies nativas que a líder, orgulhosa, conta que preservou. Para ela, a sua maior contribuição.



Acervo ICMBio

Centros de Desenvolvimento

# Florestal Sustentável

contribuem para a estratégia nacional de regularização ambiental

**P**lanejado no âmbito do projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia, o Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável (CDFS) da BR-163, localizado em Santarém (PA), está sendo concebido para se tornar um dos centros de referência que vai atuar diretamente na capacitação e difusão de tecnologias de manejo florestal e silvicultura de espécies nativas.

De responsabilidade de implantação do Serviço Florestal Brasileiro (Serviço Florestal), o centro vai atuar diretamente no manejo florestal junto às comunidades e ao setor empresarial, de forma a catalisar, integrar e fortalecer iniciativas já em andamento e, ao mesmo tempo, cumprir as lacunas na oferta de capacitação e assistência técnica que fomenta o manejo florestal e a recomposição florestal.

Com a implementação dos centros de desenvolvimento, o Serviço Florestal pretende atuar diretamente no fomento da cadeia produtiva do manejo florestal, da silvicultura tropical, na recomposição da cobertura vegetal e na produção agroflorestal, contribuindo assim para o uso sustentável das florestas e a sua recomposição, ao mesmo tempo

em que cria alternativas de renda para agricultores e comunidades tradicionais e contribui com a formação de profissionais e trabalhadores qualificados para o setor empresarial florestal.

Uma experiência semelhante a proposta do centro em Santarém está em funcionamento em Teixeira de Freitas, no sul da Bahia, denominado Programa Arboretum, que tem coordenação técnica exercida pelo Serviço Florestal.

O Serviço Florestal estuda integrar o CDFS da BR-163 ao Arboretum e a três bases regionais de referência nos municípios de Sinop (MT), Porto Velho (RO) e Marabá (PA) - financiadas com

recursos do projeto KfW-CAR, de forma a ampliar a área de sua atuação. Espera-se que este conjunto de centros e unidades possa capacitar e dar assistência técnica às comunidades no processo de recuperação, na coleta de sementes florestais e também apoiar o processo de comercialização dos produtos florestais junto ao público atendi-



do, proporcionando assim apoio à inclusão produtiva de agricultores familiares e comunidades tradicionais.

As ações voltadas à silvicultura de espécies nativas e demais técnicas de recomposição da cobertura vegetal, tal como já ocorre do centro localizado no sul da Bahia, irão contribuir para o processo de regularização ambiental, complementando as ações iniciadas pela implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

A base de dados oferecida pelo CAR permite identificar, na escala de dada imóvel rural, o excedente de floresta e o passivo florestal, dentro do balanço da regularidade ambiental, a ser recuperado.

Atualmente, mais de 4.8 milhões de imóveis rurais, totalizando uma área de 436.841.621 hectares, foram inseridos na base de dados do sistema. “Nosso trabalho foi de reposicionar o projeto Gestão Florestal no contexto atual como prioritário porque ele se encaixa na estratégia do Serviço

Florestal de garantir o processo de recuperação, diretamente relacionado à regularização ambiental de imóveis rurais”, explica Carlos Eduardo Portella Sturm, diretor de Cadastro e Fomento Florestal do Serviço Florestal.

Planejado para dar apoio ao desenvolvimento de silvicultura e manejo florestal, o CDFS da BR-163 irá atuar também junto às comunidades em processos formativos e apoio direto ao manejo como parte do processo de regularização ambiental, a partir da implantação de unidades demonstrativas com silvicultura de espécie nativas, cujos resultados servirão de base para a estratégia nacional. “Estas unidades demonstram todo o processo da cadeia de recuperação ao mesmo tempo em que agrega renda e segurança alimentar para a comunidade e quando necessário, segurança hídrica”, explica Carlos Eduardo.

O Serviço Florestal mapeou na Amazônia, com recursos do

KfW, por meio de estudos e oficinas de trabalho, os principais temas de capacitação, as lacunas de formação e as possibilidades de prestação de serviços, de forma que possa tornar o CDFS da BR-163 sustentável. A experiência de Santarém está servindo de base para a modelagem de uma estratégia de atuação nacional que inclui um modelo de gestão único aliado a um estudo de viabilidade dos centros a longo prazo, por meio de arranjos institucionais público-privados.

“Vamos implementar ainda mais três bases, considerando as experiências acumuladas na concepção dos Centros de Santarém e Teixeira de Freitas. E isso tudo faz parte de uma estratégia de fomento à produção de sementes e mudas na organização comunitária, de empoderamento dessas comunidades, como parte de uma estratégia nacional de recuperação da vegetação nativa”, finaliza Carlos Eduardo.

### A experiência de Teixeira de Freitas

O Programa Arboretum, centro de desenvolvimento florestal sustentável, localizado em Teixeira de Freitas, Sul da Bahia, é exemplo de cadeia de recuperação de sucesso. Um acordo entre o Ministério Público da Bahia e as empresas papeleiras da região do sul do estado está promovendo a recuperação da área por meio da formação e capacitação das comunidades em projetos de assentamento de reforma agrária, terras indígenas, áreas quilombolas e populações tradicionais, possibilitando a geração de renda por meio da coleta de sementes, produção de mudas, e plantios de restauração e uso sustentável de espécies nativas. As empresas que trabalham na região se comprometeram a investir R\$ 30 milhões em 10 anos, adquirindo as mudas cultivadas pelo centro para a recuperação de suas reservas.





# CENTRO DE Desenvolvimento

Florestal Sustentável da

# BR163

avança na sua implementação

**C**onsultores especialistas em gestão de organizações e arranjos institucionais público – privados e práticas de manejo florestal foram contratados para iniciar o trabalho de implementação do Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável da BR 163.

Em um trabalho de campo, os consultores realizaram oficinas e entrevistas junto a atores-chave, como órgãos públicos ligados ao meio ambiente e desenvolvimento agrário, escolas técnicas, universidades, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil, organizações sociais representantes do setor empresarial, de agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais.

Este trabalho auxiliou na definição do modelo de gestão a ser adotado, estabelecendo que o Centro será implementado por uma organização social (O.S.), ainda em processo de definição, e sua atuação estará alinhada com os objetivos de catalisar e fortalecer as ações educativas promovidas por uma rede de instituições que atuam com manejo florestal, silvicultura de espécies florestais nativas e gestão de empreendimentos e organizações de base comunitária.

Estudos de viabilidade econômica do CDFS BR-163, ainda em processo de conclusão, irão apresentar os custos de sua implementação e funcionamento, e respectivas estratégias de geração e captação de recursos financeiros, de forma a garantir sua sustentabilidade.

A expectativa para o Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável para 2019 é iniciar seu processo de implementação por meio da formalização do contrato de gestão entre o Ministério do Meio Ambiente e a instituição selecionada. O processo de definição conta com a experiência do ICMBio, que está construindo uma solução organizacional semelhante à estabelecida junto a Acadebio - Academia Nacional de Biodiversidade, localizada na Flona de Ipanema, estado de São Paulo, e criada em 2009. A AcadeBio tem como finalidade executar programas de desenvolvimento gerencial, elaborar e executar programas de formação inicial para a carreira de especialistas em Meio Ambiente e de educação permanente e continuada para os servidores do ICMBio.

### O que é uma O.S.?

Organização Social é uma qualificação, um título que a Administração outorga a uma entidade privada, sem fins lucrativos, para que ela possa receber determinados benefícios do Poder Público (dotações orçamentárias, isenções fiscais, etc.), para realização de seus fins, que devem ser necessariamente de interesse da comunidade nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde. Para saber mais, conheça a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998 que dispõe sobre a qualificação das Organizações Sociais.

# NOTAS

## ICMBio assina contrato para retomada das obras da nova sede de Itaituba/PA

Renato Lafare



Em dezembro de 2017, o ICMBio assinou um contrato para retomar as obras da nova sede do ICMBio em Itaituba/PA, pensada para ser uma das grandes realizações do Projeto Gestão Florestal para Produção Sustentável,

considerando que o escritório local abriga 12 unidades de conservação, sendo sete apoiadas com recursos do KFW.

O novo empreendimento, mais adequado aos servidores, é um reconhecimento da importância do trabalho realizado na região e das necessidades de uma boa instalação, além de fortalecer a presença institucional do ICMBio, que passa a oferecer um atendimento de maior qualidade ao público, uma maior aproximação com a sociedade local e também contará com um novo espaço para realização de cursos e reuniões.

A instalação do novo prédio também possibilitará uma melhor gestão das unidades de conservação ligadas à UNA/Itaituba, reforçando ainda mais a implementação do modelo de gestão integrada de unidades de conservação que vem sendo a aposta do Instituto Chico Mendes. A obra, que começou em 2015, será retomada em 2018.

## Serviço Florestal Brasileiro cria plataforma virtual sobre conhecimentos tradicionais

Uma nova e importante estratégia do Serviço Florestal para promover capacitação e difusão de conhecimentos sobre o uso sustentável das florestas será a implementação de um ambiente virtual de aprendizagem, também conhecida como EaD – Educação à Distância.

O Portal Saberes da Floresta está sendo desenvolvido a partir da tecnologia da Plataforma Moodle e estará disponível no segundo semestre de 2018 para os usuários em todo o país.

Em sua primeira etapa da implementação serão oferecidos 10 cursos autoinstrucionais (sem tutoria), voltados às florestas da Amazônia, nos seguintes temas: manejo da castanha do Brasil; manejo de açaí; gestão de empreendimentos florestais; gestão de organizações sociais; manejo florestal e exploração de impacto reduzido; silvicultura de espécies nativas. Dentre os temas atendidos, estão também

Acervo Serviço Florestal



as concessões florestais e uma visão geral sobre as florestas do Brasil.

A partir de 2019, o Serviço Florestal pretende expandir os cursos em temas voltados ao manejo florestal na Caatinga e à recomposição da vegetação nativa.

## Sede da Floresta Nacional de Macauã/São Francisco é reformada



Edson Amaral

Construída em 1996, com recursos da Organização Internacional de Madeiras Tropicais, a sede da Floresta Nacional de Macauã/São Francisco está sendo reformada com recursos do KfW, no âmbito do Projeto Gestão Florestal.

Localizada no alto do Rio Macauã, a sede é o principal ponto de apoio não só para aqueles que trabalham na Flona, mas também para as comunidades da região. De acordo

## Unidade Regional do Serviço Florestal Brasileiro em Santarém começa a ser construída

Em janeiro de 2018, foi dado início às obras da primeira Unidade Regional do Serviço Florestal Brasileiro, com sede em Santarém. Construída próxima às sedes do ICMBio e do Ibama, a unidade regional pretende atuar de forma mais descentralizada na gestão e no monitoramento das concessões nas Flonas da região, na coordenação das atividades de pesquisa e no monitoramento do Cadastro Ambiental Rural.

A nova sede terá 689 m<sup>2</sup> de área construída em um terreno de 2561 m<sup>2</sup>, localizado na beira do Rio Tapajós e irá abrigar 21 servidores e prestadores de serviço. Com a nova unidade, o Serviço Florestal pretende fortalecer sua pre-

sença institucional na região. Além da sede de Santarém, está prevista a construção de uma unidade regional em Porto Velho, também com recursos do projeto Gestão Florestal.

com Edson Amaral, gestor da Flona Macauã/São Francisco, a área é o último território povoado da região antes da fronteira com o Peru e, hoje, cerca de 20 famílias de seringueiros tradicionais vivem na região.

A reforma se destaca por contar com um projeto arquitetônico inovador, pensado para se tornar um projeto padrão para unidades de conservação, e que priorizou o emprego de madeira de reaproveitamento, além de processos construtivos comuns na região.

A iniciativa reforça a necessidade se desenvolver e implementar projetos padrão para as sedes das unidades de conservação e que atendam a critérios de sustentabilidade mundiais, considerando as exigências de manutenção e conservação necessárias para o ecossistema florestal da Amazônia.



Fábio Silveira

sença institucional na região.

Além da sede de Santarém, está prevista a construção de uma unidade regional em Porto Velho, também com recursos do projeto Gestão Florestal.

## Missão reconhece avanços do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável



Roberto Xavier

De 22 a 27 de fevereiro de 2018, foi realizada a Missão de Revisão de Meio Termo do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia com a participação dos diretores do KfW, Sören Schopferer e Christian Lauerhass, diretores e integrantes do Serviço Florestal, ICMBio e representantes da consultoria internacional.

Durante cinco dias, a Missão visitou a sede da Coordenação Regional 01 do ICMBio e a Unidade Regional do Serviço Florestal em Porto Velho, a Flona Bom Futuro, além de encontros nas sedes do ICMBio e Serviço Florestal em Brasília.

A Missão reconheceu os avanços realizados em 2017, com destaque para a construção da sede do ICMBio em Itaituba/PA; a construção da Unidade Regional - UR Santarém/Serviço Florestal, além da elaboração de planos de manejo com base na nova me-

todologia e inventários florestais e também a aquisição de equipamentos e consultorias.

Em Porto Velho, a coordenadora do projeto no ICMBio, Julia Zapata, e sua equipe destacaram a importância da iniciativa para a gestão das 18 Flonas apoiadas. Os visitantes também enfatizaram a importância da estratégia de ampliação do apoio do projeto para a demarcação, planos de manejo, inventário florestal e gestão das Flonas de Urupadi, Amapá, Aripuanã, Mulata, Jamari e Tapajós para a manutenção da integridade das florestas do sul da Amazônia.

Com a inclusão das novas unidades, o projeto, que hoje apoia um total de 9.616.277 ha, passaria a ter um incremento de área de 28%, totalizando com isso cerca de 12.235.402 ha em 24 Flonas. Uma área equivalente a 34% do território da Alemanha.

Em Bom Futuro, o chefe da Flona destacou a construção de parcerias de restauração florestal, com apoio dos indígenas Karitiana, vizinhos a UC e membros da brigada de incêndios da Flona.

A Missão ainda ressaltou a importância do Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável da BR-163 para a implementação do manejo florestal sustentável na Amazônia e para o alcance dos objetivos do projeto, assim como a implementação das concessões para a produção de madeira legal. O Laboratório de Produtos Florestais também foi um destaque, principalmente pela difusão de novas tecnologias para incrementar a rentabilidade econômica por meio da oferta ampliada de espécies arbóreas nativas e aproveitamento de subprodutos florestais.

## Sistema de Radiocomunicação na Amazônia Legal é modernizado

Está em fase de contratação a infraestrutura de serviços que irá modernizar o sistema de radiocomunicação entre as unidades de conservação de toda Amazônia Legal, incluindo as Flonas que fazem parte do Projeto Gestão Florestal.

Realizada com recursos do projeto Gestão Florestal, do Arpa (Programa Áreas Protegidas da Amazônia) e do ICMBio, a nova rede será baseada na tecnologia UF, que permite a comunicação entre longas distâncias, antes inexistente, aumentando a eficiência das atividades do ICMBio em toda região, assim como proporcionando maior segurança aos servidores, prestadores de serviço e também para as comunidades localizadas nas unidades de conservação.



Dauciêber Teodoro

Com investimento de aproximadamente R\$ 5 milhões, a expectativa é que o novo sistema possa garantir um ganho operacional em todas as atividades da região e contribuir de forma significativa para as atividades de fiscalização e monitoramento.



Roberto Xavier



Gestão participativa na

# FLONA DE HUMAITÁ

é destaque na região

**C**riada em 1998, a Flona de Humaitá, localizada na região Purus-Madeira, é atualmente exemplo positivo em gestão participativa e destaque na região. Sua área e entorno, abrigam diversas famílias, além de Terras Indígenas como a Jiahui, que possui áreas sobrepostas à UC.

A unidade, desde o princípio, enfrentou diversas resistências por parte dos moradores que não entendiam seus objetivos de criação e as mudanças que ocorreriam na região, e tampouco estavam organizados para dialogar com as instituições. Em um processo iniciado pelo Ibama, as co-

munidades do interior, e também do entorno, começaram a ser sensibilizadas sobre a importância de criação da unidade e também, já com o apoio do ICMBio, começaram a se organizar em pequenas associações.

Em 2010, após uma série de reuniões, as comunidades iniciaram junto ao ICMBio e demais parceiros locais, a elaboração de um Acordo de Gestão, construído de forma totalmente participativa. Além das reuniões, expedições ajudaram a mapear os recursos naturais para seu uso sustentável e ajudaram a definir os territórios de uso, priorizando a proteção das Terras Indígenas Jiahui. Foram realizados tam-

bém cursos de gestão integrada para fortalecer as atividades de monitoramento do território além de um extenso trabalho de comunicação que viabilizou a participação de todas as comunidades na elaboração desse Acordo de Gestão, que foi incorporado ao Plano de manejo e agora faz parte do regramento da unidade.

Criados no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de conservação da Natureza (SNUC) e reforçado por normativas, tais quais a Política Nacional de Participação Social (PNPS), que consolida a participação social como método de gestão, os Conselhos Gestores das unidades de conservação hoje são



uma importante instância para envolver as comunidades e outros atores importantes no processo de gestão e integrá-los ao compromisso de promover a conservação da natureza. O objetivo dos conselhos é promover o diálogo permanente com distintos setores da sociedade para tratar de questões ambientais, sociais, econômicas e culturais que tenham relação com a unidade de conservação e seu território, incluindo a regulação do uso dos recursos naturais.

Atualmente, das 333 unidades de conservação, 283 têm seus Conselhos Gestores constituídos. De acordo com a legislação, a criação dos conselhos

é obrigatória, porém, o ICMBio destaca a necessidade de um contexto de gestão favorável para que o mesmo se consolide como instrumento de gestão.

Como forma de qualificar a participação social, o ICMBio vem atuando diretamente na capacitação dos diferentes atores envolvidos na gestão, com ênfase nos mais vulneráveis, para que entendam melhor o processo de gestão de uma unidade de conservação e possam estar qualificados a participar dos instrumentos com mais efetividade. Por meio de capacitações e outros processos formativos, gestores e conselheiros têm mais autonomia para atuar na tomada de decisões.

No processo de criação ou modificação dos conselhos, é realizado o mapeamento da área, seus usos e atores, e a partir daí, são definidas as áreas da sociedade que devem atuar na articulação e discussão dos assuntos daquela unidade de conservação.

Leila Mattos, gestora da Flona de Humaitá, destaca que o processo na Flona começou de uma relação praticamente nula para um exemplo de gestão participativa: “É visível a evolução da participação na unidade de forma crescente, de um marco 0 para quase 100% de efetiva participação das comunidades nos processos e macroprocessos. Saímos de uma relação conflituosa com a população para uma relação mais colaborativa, analisando os usos específicos da unidade, suas possibilidades de crescimento futuro e geração de renda e trabalho, conciliando os interesses de todos. Certamente a Flona fará um grande diferencial na região”

#### Outros caminhos e desafios

Outra forma de envolvimento da sociedade em expansão é através

do Programa de Voluntariado, que vem atraindo outros atores, ampliando o entendimento sobre as unidades e seus objetivos. A ideia do ICMBio é ampliar essa forma de participação para envolver os mais diversos grupos da sociedade na gestão das unidades de conservação e centros de pesquisa.

Apesar dos esforços, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados. Camilla Helena, chefe da Divisão de Gestão Participativa do ICMBio, aponta a necessidade de capacitação para aprimorar o funcionamento como um deles: “Os conselhos são o espaço formalizado e obrigatório para a efetivação da participação social na gestão das unidades de conservação, assim, é necessário fazer um aporte técnico mais qualificado, para que os conselhos consigam cumprir sua função na unidade de conservação”.

Ainda, no caso das Flonas, por serem conselhos consultivos, algumas limitações passaram a ser fator de desmobilização. Para isso, o ICMBio também aponta a necessidade de aprimorar as atividades de monitoramento e avaliação e a construção de planos de ação mais efetivos que entendam as capacidades dos conselhos de forma a conduzir os mandatos com mais assertividade, superando algumas dessas limitações.

“É necessário cuidar para que os atores mais vulneráveis entendam o que está sendo discutido e tenha elementos para a tomada de decisão, para que não haja tanta assimetria nas relações deste fórum. Precisamos ter gestores mais instrumentalizados para permitir um melhor funcionamento e promover a autonomia decisória dos membros do conselho, para que eles possam ver os resultados dessa participação, incorporando-os de fato, ao processo decisório na gestão da unidade de conservação”, finaliza Camilla.

# NOVA METODOLOGIA PARA

## Planos de manejo garante mais agilidade e eficiência

*Flonas do Bom Futuro e Jatuarana estão entre as primeiras Florestas Nacionais a iniciarem o plano de manejo na nova metodologia*

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC, estabelece que todas as unidades federais devem ter seus planos de manejo elaborados e implementados. Trata-se do principal documento de gestão da unidade, que indica zoneamento, normas e estratégias de gestão a serem desenvolvidas nas UCs ou áreas delimitadas, sempre alinhado com seu objetivo de criação. Atualmente, das 333 unidades de conservação, 141 ainda não possuem plano de manejo, um passivo que representa 45% das UCs no país.

Para conseguir mais agilidade no processo e garantir a eficácia dos planos de manejo, no final de 2017 o ICMBio publicou a Instrução Normativa nº 07, que estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação federais, conforme a nova abordagem inspirada nos Foundations Documents, metodologia adotada pelo Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos (National Park Service).

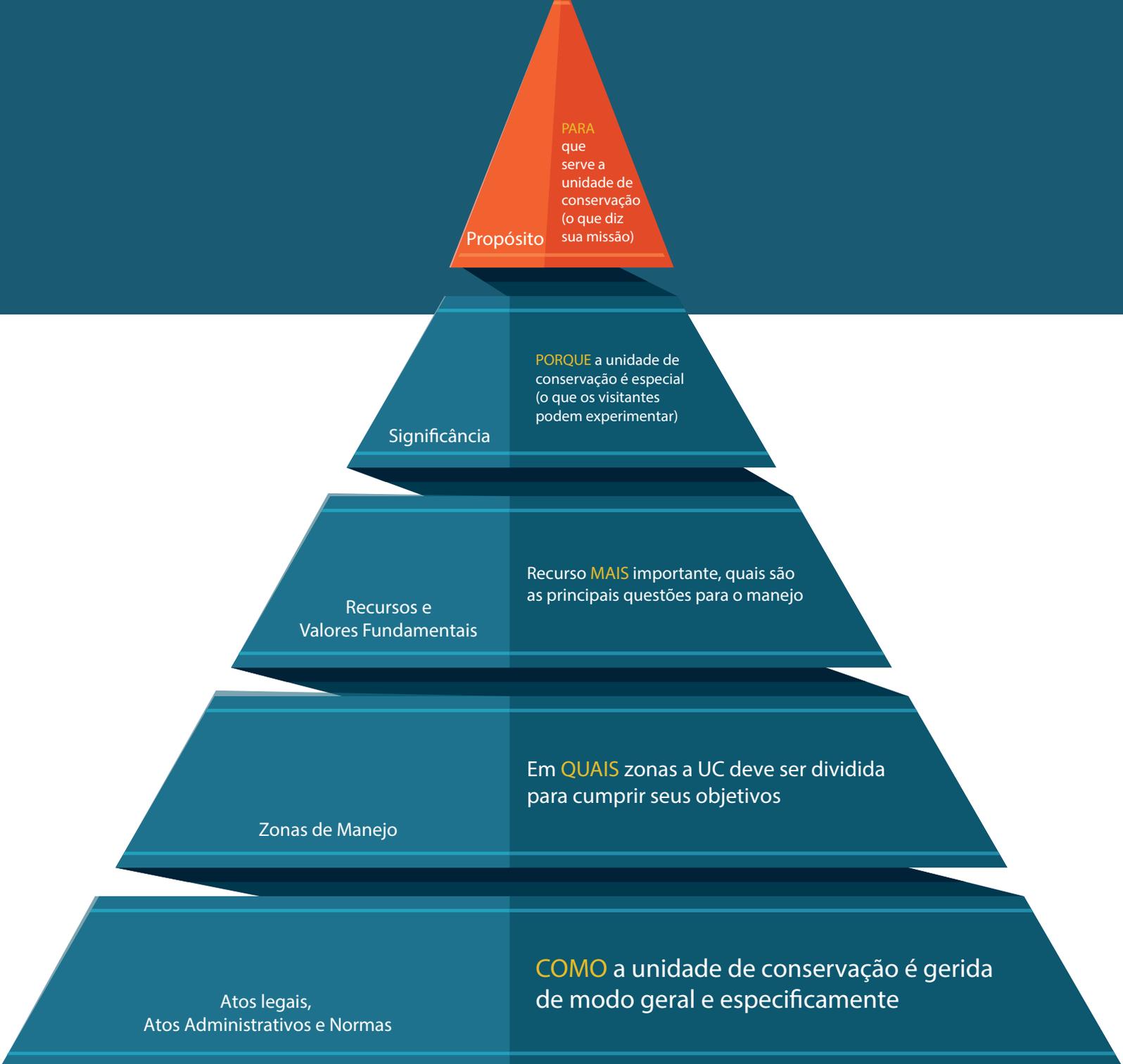
A metodologia aplicada anteriormente tinha como característica planos de manejo muito extensos, que levavam cerca de três anos para serem concluídos e a um custo elevado, devido ao envolvimento de vários profissionais e à necessidade de extensas atividades em campo, além de alto risco de obsolescência.

O novo modelo, mais simples, estabelece os componentes fundamentais da unidade de conservação e indica as prioridades de planejamento e de dados a serem obtidos em cada área, que posteriormente serão elaborados em conjunto com as demais coordenações técnicas do ICMBio, de acordo as diretrizes de cada coordenação. “A expectativa é dar maior efetividade para a implementação e para a gestão das unidades, com um planejamento mais adequado e customizado à realidade de cada área. Com a simplificação do processo, também esperamos ter um ganho de escala na elaboração dos planos de manejo das demais unidades”, comenta Ana Rafaela D’Amico, coordenadora de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo do ICMBio.

A nova abordagem trabalha com os chamados Componentes Fundamentais, que definem o propósito da unidade de conservação, sua significância, seus recursos e valores fundamentais; Componentes Dinâmicos, que definem as necessidades de planejamento e de dados da UC; e, por fim, o Componente Normativo, que estabelece as zonas de manejo, os atos legais, administrativos e as normas aplicadas na área. Os componentes fundamentais são a base do trabalho da unidade e qualquer planejamento de atividade posterior a eles deve ser feito de forma a proteger estes elementos.

O método também garante uma participação mais qualificada da população. No caso das reservas extrativistas e florestas nacionais, os planos de manejo garantem às comunidades tradicionais esse direito de uso, e, em conjunto, são definidas as áreas, quais recursos serão utilizados e normatizações, garantindo assim a prioridade de uso pela comunidade.

Com recursos do projeto Gestão Florestal, as Flores-



tas Nacionais do Bom Futuro e Jatuarana estão elaborando seus planos de manejo conforme a nova abordagem. Para isso, já foram contratadas consultorias de geoprocessamento e de caracterização das unidades, focadas na elaboração do Guia do Participante, documento fundamental para a realização da oficina de plano de manejo, etapa principal do processo.

O objetivo da oficina é reunir servidores, técnicos, ex-ges-

tores, pesquisadores, além do conselho gestor e representantes das comunidades tradicionais locais e do entorno para definir os elementos fundamentais, dinâmicos e normativos, gerando a primeira versão do plano.

Para Ana Rafaela, o grande desafio para realizar todos os planos de manejo necessários é suprir a falta de pessoal para atender a demanda. Além disso, é necessário mudar a lógica institucional com relação ao plano de manejo, para que o documento

possa de fato otimizar a gestão das unidades com uma maior racionalidade de gastos e eficiência administrativa, atingindo assim uma maior eficiência na conservação da biodiversidade e no uso sustentável de recursos naturais das áreas protegidas.

“A ideia é que, com a simplificação, os gestores se apoderem do documento e passem a enxergá-lo como a principal ferramenta de gestão da unidade”, finaliza.

# Floresta bilidade

Educação transformadora para as florestas

Cristina Galvão Alves e Vanessa Ronchi\*

O Programa Florestabilidade nasceu de uma ideia compartilhada entre a Fundação Roberto Marinho (FRM) e o Serviço Florestal Brasileiro de levar informações sobre o uso sustentável das florestas da Amazônia como uma alternativa de modo de vida, de trabalho e geração de renda aos jovens estudantes da educação básica e também para facili-

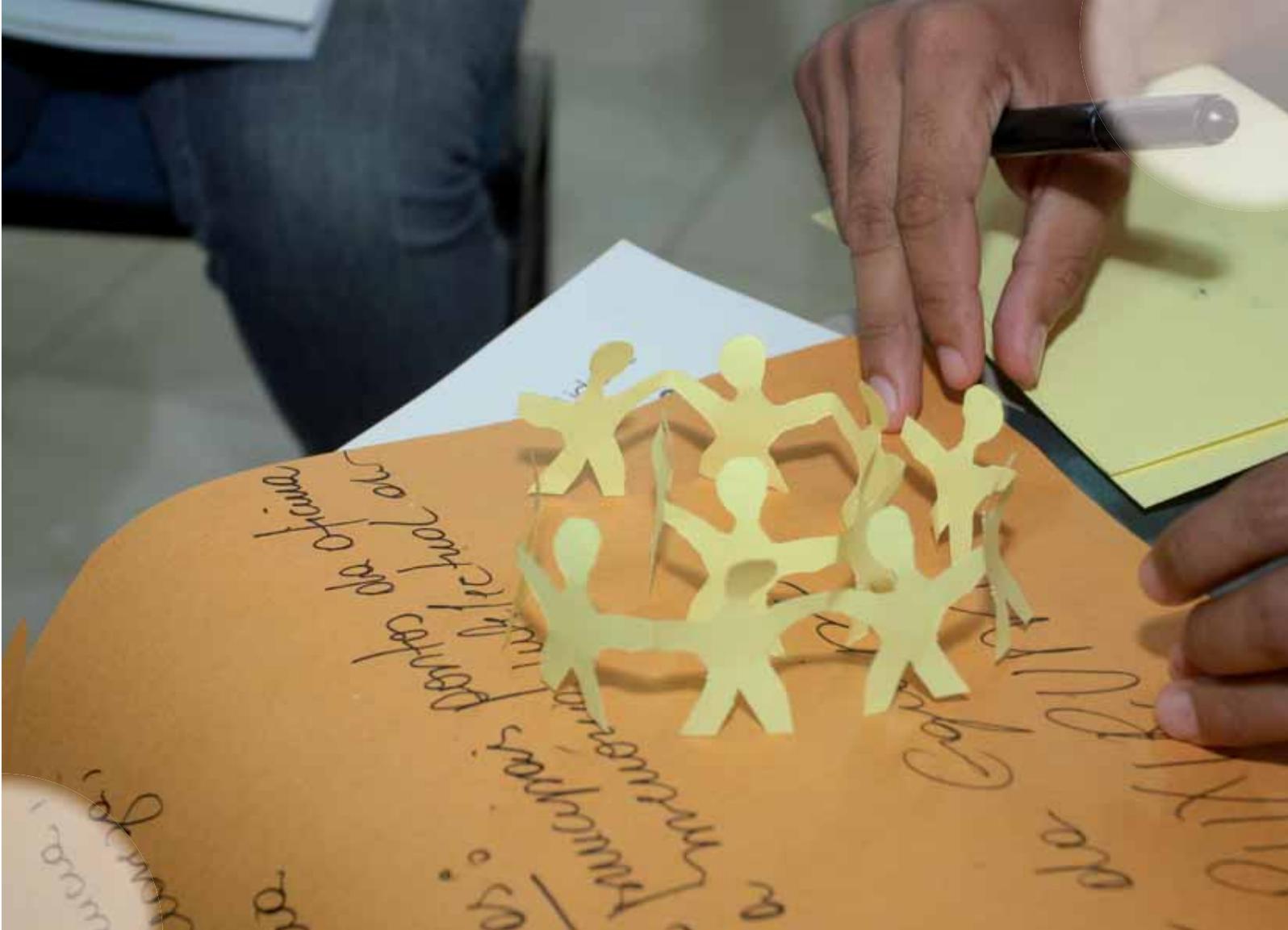
tadores que trabalham junto às comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Desenhado ao longo de 2011, o projeto reuniu os materiais pedagógicos baseados na tecnologia educacional denominada “Telessala™”, desenvolvidos pela FRM e com metodologias aplicadas pelo Serviço Florestal no projeto de formação continuada dos extensionistas da EMATER-Pará.

## O que é a tecnologia educacional “Metodologia Telessala™”?

A Metodologia Telessala™ é utilizada em todos os projetos implementados pela Fundação Roberto Marinho, em parceria com instituições públicas ou privadas. Aplicada desde 1995, ela é resultado de um conjunto de processos, métodos, procedimentos e materiais que têm suas raízes nas práticas desenvolvidas nas décadas de 1970 e 80 no Brasil, inspiradas em Dom Helder Câmara, Paulo Freire, Freinet, Piaget, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

Nas “Telessalas”, os estudantes assistem às “teleaulas” junto com um professor formado na Metodologia Telessala™ e têm atividades desenvolvidas para que realizem seus estudos de forma prazerosa, concentrada e repleta de aprendizagem. Nos projetos do telecurso, em parceria com prefeituras e governos, os próprios professores da rede pública passam por uma formação para fazerem uso dessa metodologia em sala.



Tendo como parceiras as Secretarias Estaduais de Educação, no primeiro semestre de 2012, com apoio financeiro do Fundo Vale\*\*, surgiu o Programa Florestabilidade nos estados do Pará e do Amapá, implementado por meio de um processo de formação de professores da rede estadual de ensino e de extensionistas da EMATER-Pará, como um projeto complementar e transversal.

### Florestabilidade nas escolas

Ao longo dos anos de 2012 e 2015, o projeto contemplou os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, envolvendo 3.350 professores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da rede pública de ensino.

A formação dos professores é realizada por meio de oficinas, onde os educadores aprendem a utilizar o “kit pedagógico do Florestabilidade”, composto de livro de conteúdo, sugestões de atividades, programas de TV e outros recursos pe-

dagógicos. Este material foi desenvolvido com a contribuição de especialistas da área de educação e da área florestal, cientistas, extrativistas, ribeirinhos e manejadores da Amazônia.

Os professores formados continuam a implementar o “Florestabilidade” com seus estudantes, ano após ano, e a FRM divulga em sites e redes sociais as histórias dos jovens da Amazônia que se motivaram e decidiram ter seu trabalho e profissão voltados à floresta.

No processo de formação dos extensionistas, ocorrido em 2012, foram identificados diversos fatores relacionados com o manejo florestal e que deveriam ser abordados pelo Florestabilidade, sendo eles: a vocação produtiva do imóvel rural; a regularização ambiental e fundiária; o controle da produção florestal; a organização social; o acesso ao crédito; a comercialização de produtos florestais; o pagamento por serviços ambientais; e os conflitos gerados pelo uso da floresta.

A partir das informações levantadas, o projeto buscou uma metodologia educacional, chamada “Casos

de Ensino”, aplicada com o apoio da FGV, voltada ao público adulto e adequada ao debate de problemas e soluções, e também ao uso de casos práticos e reais para apresentar estratégias de superação ou enfrentamento dos desafios identificados pelos estudantes no manejo florestal comunitário.

Os nove casos de ensino desenvolvidos com o apoio da FGV são hoje ofertados como material didático em atividades de formação para adoção de práticas florestais.

Ao longo de 2017, novos métodos de aprendizagem voltados aos jovens do campo e do ensino profissionalizante foram desenvolvidos. No segundo semestre do mesmo ano, foram realizadas oficinas para formação de multiplicadores, com abordagem de temas como regularização ambiental, recomposição da cobertura vegetal e sistemas agroflorestais (SAFs). Em parceria com a UFPA – Campus Altamira e com a FGV, foi realizada uma oficina para construção da estrutura de uma for-

mação modular, voltada a estudantes das Casas Família Rural dos municípios de Anapu, Senador José Porfírio e Pacajá. Com base neste levantamento, foram desenvolvidos roteiros metodológicos e material pedagógico para a implementação de uma formação no tema “regularização ambiental e SAF”, incluindo a realização de um projeto de aplicação.

Podemos destacar também a realização da oficina de Formação de Formadores, realizado em Altamira, Pará, e direcionado a professores das Casas Família Rural. Os professores formados, com apoio da UFPA e FRM, capacitaram 270 jovens, que também desenvolveram projetos de aplicação.

No período, o Programa Florestabilidade ofertou a profissionais recém-formados e estudantes universitários bolsas de extensão para que eles pudessem ofertar apoio local à implementação das atividades de campo, tanto no desenvolvimento dos materiais didáticos e metodologias, quanto na





produção do material e organização das atividades de campo. Todo o trabalho contou com a supervisão de professores da UFPA e da FRM. Uma iniciativa que contribuiu para a construção de capacidade gerencial e operacional local, e oportunizou aos profissionais situações reais do mundo do trabalho, buscando desenvolver neles proatividade, protagonismo e empreendedorismo.

Os resultados obtidos pelo Programa Florestabilidade na Amazônia motivam a FRM e o Serviço Florestal a expandir esta estratégia de ação para outros biomas, como a Caatinga. A intenção é que os jovens no Nordeste brasileiro também passem a olhar os recursos florestais da sua região como uma oportunidade de trabalho e renda, e como elemento fundamental para a conservação do meio ambiente e para o enfrentamento e convívio com a seca. Certamente, um novo caminho a ser percorrido, com novos parceiros, e novos desafios... Mas que apenas motiva, nunca assusta!

\* Cristina Galvão é coordenadora de Fomento e Inclusão Florestal no Serviço Florestal Brasileiro e

Vanessa Ronchi é coordenadora do Programa Florestabilidade da Fundação Roberto Marinho

\*\*Ao longo de sua implementação, o Programa Florestabilidade tem sido financiado pelo Fundo Vale, pela Good Energies, pela CLUA e pela Skoll Foundation

Saiba mais sobre o Programa Florestabilidade:

**Conheça os lugares por onde o Florestabilidade passou e suas ações desde 2011:**

<http://www.florestabilidade.org.br/site/presenca-florestabilidade/>

**Para conhecer e utilizar os nove Casos de Ensino do Florestabilidade, acesse:**

<http://www.florestabilidade.org.br/site/casos-de-ensino/>

**Para conhecer as trajetórias dos jovens que foram capacitados pelo Programa, acesse:**

[www.florestabilidade.org.br](http://www.florestabilidade.org.br), e na seção “Notícias e Oportunidades”, procure pela tag “histórias de florestabilidade”.

# DEMARCAÇÃO DOS LIMITES DAS UCs

## MELHORA GESTÃO TERRITORIAL

\*Fabiana Hessel, Vera Carvalho,  
Carla Lessa e Eliani Maciel

A atividade de demarcação dos limites das unidades de conservação federais, atribuição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), consiste na implementação de marcos e registro cartográfico de precisão das fronteiras oficiais das áreas protegidas. Um trabalho executado pela Divisão de Consolidação de Limites - DCOL, vinculada à Coordenação Geral de Consolidação Territorial – CGTER, Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial – DISAT, e que é parte do processo de consolidação dos limites das unidades de conservação.

Com características essencialmente técnicas, a demarcação dos limites pauta-se nas ciências cartográficas e topográficas associadas a cada terreno. O processo se inicia a partir de uma atividade preliminar de verificação de limites, que consiste na reinterpretação do limite da UC a partir do memorial descritivo do decreto de criação. Nesta verificação de limites é possível esclarecer dúvidas sobre a localização dos vértices referenciados nos decretos e atos legais, assim como as características naturais e antrópicas descritas, associadas às coordenadas dos vértices.

Após a verificação, são registrados os valores de perímetros e áreas e elabora-se o documento de orientação para a demarcação física dos limites da área protegida. As atividades de demarcação dos limites são geralmente realizadas por meio de contratações de pessoas jurídicas, em blocos de unidades de conservação federais. Após os processos licitatórios, as empresas contratadas realizam as atividades em acompanhamento à equipe técnica do ICMBio, que realiza expedições de campo e análises em escritório. No início do processo é definido cronograma de

campo, e ajustes são apresentados periodicamente, de modo a superar os desafios logísticos e viabilizar a fiscalização da execução das atividades por parte da equipe do ICMBio.

Inicialmente, a fase de mobilização permite a identificação in loco das condições ambientais, de acesso, navegabilidade, organização e disponibilização dos equipamentos, assim como a contratação local de pessoas no entorno da UC para trabalhar na realização da atividade, sempre recomendado pelo ICMBio pelo conhecimento da região.

O trabalho é realizado com o conhecimento dos métodos de representação cartográfica para o terreno, de mapeamento e de navegação em tempo real por meio de equipamentos como GPS de precisão, GPS de navegação, sistemas de informações geográficas e sensoriamento remoto, que permitem o planejamento, o monitoramento e a análise da demarcação dos limites de unidades de conservação. (figura 01 e 02)

Figura 01 e 02 -Instrumentos de mapeamento e navegação



Arquivo ICMBio

Essencialmente, estas atividades caracterizam altos investimentos para a instituição, muitas vezes devido à extensão geográfica das unidades de conservação, que geralmente são territórios relativamente grandes, com uma média de R\$250 mil, com custo de demarcação de R\$ 1 mil por quilometro de perímetro.

Além dos custos, fatores como a sazonalidade climática, acessibilidade e segurança são determinantes para o planejamento, principalmente das ações de demarcação física, definindo assim o tempo necessário para concluir o processo de delimitação.

Vale a pena frisar a dificuldade logística e operacional para a realização destas atividades em campo, com relatos constantes de obstrução do caminho por troncos de árvores, por exemplo, assim como inacessibilidade de estradas e pontes, que fazem com que as equipes tenham que percorrer longos percursos e muitas vezes pernoitar em acampamentos ou bases de campo. (figura 03 e 04)

Figura 03 e 04 – Dificuldades de campo.



Considerando os esforços de campo e o trabalho de planejamento espacial dos limites da UC, as atividades de demarcação física são realizadas juntamente à sinalização do perímetro. As placas de sinalização são orientadas pelo Manual de Identidade Visual do ICMBio (2011), e apresentam o nome da UC e os atos legais vigentes, incluindo o seu decreto de criação. A sinalização dos limites adota um modelo para as unidades de conservação de uso sustentável e outro modelo para as unidades de conservação de proteção integral. Adicionalmente, há modelos de placas de sinalização para estradas e rodovias, figura 05.

Figura 05 - Modelo de placa de sinalização.



Com o encerramento das atividades em campo, as contratadas apresentam seus relatórios e produtos finais, que integram as peças técnicas de demarcação dos limites daquela unidade de conservação federal, com memorial descritivo, planta topográfica, arquivo digital e relatório de processamento de dados. A figura 06 e 07 representa os materiais entregues nas peças técnicas de demarcação de limites de UC.

Figura 06 e 07 - materiais entregues nas peças técnicas de demarcação de limites de UC.



A demarcação dos limites de uma UC é ação integrante do processo de consolidação territorial. As unidades de conservação federais de domínio público, conforme o Sistema Nacional de Unidades de conservação (Lei 9.985/2000), são priorizadas nas ações de demarcação física, e integram as seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Reserva Extrativista, Floresta Nacional e Parque Nacional. É importante destacar que categorias de

UC que permitem o domínio privado das áreas, não são priorizadas no processo pois precisam de análise caso a caso para avaliar a viabilidade e importância desta atividade para o atendimento das metas institucionais. Para algumas categorias, como as Áreas de Proteção Ambiental -APA, a demarcação não é recomendada e a consolidação dos limites é realizada por meio da sinalização do perímetro e identificação da área protegida.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, desde a sua criação em 2007, realizou a demarcação de 37 unidades de conservação. Estas áreas protegidas representam 18% da área total de UC de domínio público, com demanda de demarcação.

O Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável, com financiamento do Banco Alemão KfW, no período entre 2013 e 2017, apoiou a realização de demarcação e sinalização em 09 unidades de conservação federais localizadas no Bioma Amazônia. Um trabalho que potencializou as atividades de consolidação territorial nas UC, garantindo um Incremento de 26% na quantidade de UC com demarcação física dos limites. Este indicador é importante para o cumprimento das metas institucionais, relacionadas à consolidação dos limites das unidades de conservação.

A presença institucional durante o processo de demarcação favorece a ampliação da participação social na gestão da unidade de conservação, com aproximação da equipe gestora com comunidades no interior e no entorno, com destaque para a atuação proativa dos gestores, que têm integrado as ações de demarcação dos limites com outras atividades, como educação ambiental, gestão participativa, monitoramento e pesquisa. Também é importante ressaltar a integração das atividades de demarcação dos limites com as atividades de proteção, especificamente de prevenção de incêndios florestais e fiscalização ambiental.

Complementarmente, em regiões de conflitos e sobreposições de terras, a demarcação de limites permite esclarecimentos e uma visão geoespacial da situação, que associada às informações das áreas técnicas de regularização fundiária e de gestão participativa, podem apontar para soluções institucionais.

A consolidação dos limites das unidades de conservação federais, por meio da demarcação física e da sinalização de seu perímetro, favorece a gestão do território, a partir do conhecimento de suas fronteiras, seus confrontantes, seus even-

## Área total das UCs (compara

Área em  
(calculada em Coordenadas Projetadas

Área das  
de conse  
domínio  
**69.363**

Área to  
333 UCs  
**170.985**

Área das 37 UCs  
demarcadas  
(2007 até 2017)  
**12.577.182,44**

Código Cnuc	Nome da UC	Ano finaliz sin
0000.00.0095	Flona de Itaituba I	
0000.00.0096	Flona de Itaituba II	
0000.00.0097	Flona de Jacundá	
0000.00.0108	Flona de São Francisco	
0000.00.0119	Flona do Jatuarana	
0000.00.0120	Flona do Macauã	
0000.00.0265	Flona do Trairão	
0000.00.0270	Flona do Crepori	
0000.00.0271	Flona do Amana	
	Área total	

# ativo com área demarcada)

hectares

South America Albers Equal Area Conic)

unidades  
rvação de  
o público  
115,43

tal das  
federais  
5.479,85

Área das 9 UCs  
demarcadas pelo  
Projeto Gestão Florestal  
para a Produção Sustentável  
**3.279.490,52**

Realização da demarcação/ Finalização da UC	Estado da Federação	Área UC hectares
2017	PA	213.105,01
2017	PA	397.755,55
2017	RO	221.219,53
2017	AC	21.147,80
2017	RO	569.428,44
2017	AC	176.347,36
2017	PA	257.529,34
2017	PA	740.396,47
2018	PA	682.561,02
		3.279.490,52

tuais conflitos e suas características naturais e humanas. Após a realização da demarcação, há ampliação nas perspectivas de gestão para as equipes que trabalham na UC.

A demarcação física das unidades de conservação federais permite a consolidação da área protegida no território, favorecendo a melhoria dos processos de gestão relacionados à gestão participativa, regularização fundiária, plano de manejo, proteção, monitoramento e pesquisa.

Figura 07, 08 e 09: representa a diversidade de desafios



\*Fabiana Hessel é analista Ambiental no ICMBio.  
\* Vera Carvalho é chefe da Divisão de Consolidação de Limites no ICMBio.  
\*Carla Lessa é coordenadora de Compensação de Reserva Legal no ICMBio  
\*Eliani Maciel é coordenadora Geral de Consolidação Territorial no ICMBio.



# Gestão para Produção Florestal de Sustentável



**KFW**



MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE

GOVERNO  
FEDERAL